

1. Entidade responsável e informação de contacto

Entidade responsável:

BACE COMERCIO INTERNACIONAL
Rua Marcos Penteado Ulhoa Rodrigues
690 1º andar – Barueri/SP
Telefone: +55-11-31680226
E-Mail: contato@hartmannbr.info

Contatos para a Proteção de Dados:

BACE COMERCIO INTERNACIONAL
Rua Marcos Penteado Ulhoa Rodrigues 690
1º andar – Barueri/SP
E-Mail: dataprotection@hartmannbr.info

2. Princípios da proteção de dados, Perfil do candidato

Processamos os seus dados pessoais de acordo com as disposições da LGPD, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e outros regulamentos aplicáveis de proteção de dados. Encontrará informações detalhadas a seguir.

Antes de se candidatar a uma vaga em aberto, ser incluído na nossa base de dados de talentos, etc., é necessário criar o seu próprio perfil de candidato. Esse perfil será apenas visível para nós caso se candidate para uma vaga em aberto. Pode alterar ou adicionar informação no seu perfil de candidato a qualquer momento.

2.1 Objetivos no contexto de medidas pré-contratuais (Art. 7, inciso V; Art. 11, inciso II, alíneas “a” e “d” da LGPD),)

Esta notificação sobre proteção de dados é emitida no âmbito do processo de candidatura. Os seus dados pessoais são processados com a finalidade de decidir sobre o criação de um vínculo laboral consigo e processá-lo. Poderá também ser realizada uma avaliação, que pode incluir especialmente a criação de um perfil como parte de um teste de personalidade. Embora a avaliação do teste de personalidade seja inicialmente automatizada, o conteúdo é depois verificado pelas pessoas envolvidas no processo de recrutamento. A avaliação pode então ser incluída na decisão sobre a assinatura de um contrato de trabalho consigo. A avaliação ser-lhe-á entregue pessoalmente ou via digital. Naturalmente, asseguraremos a melhor entrega digital possível do ponto de vista da segurança de TI, de acordo com a mais recente tecnologia. Como parte do processo de aplicação, os seus dados pessoais podem também ser visualizados por empregados de vários departamentos especializados, no Brasil ou em outros países, mas apenas na medida em que isso – como mencionado – serve para estabelecer a relação laboral consigo.

2.2 Objetivos no âmbito dos nossos interesses legítimos ou de terceiros (Art. 7º, inciso IX da

LGPD)

Processamos os seus dados pessoais se for necessário para proteger os nossos interesses legítimos ou os de terceiros, a menos que não haja interesses primordiais da sua parte (incluindo direitos e liberdades fundamentais) que obtenham a esse processamento. Os nossos interesses orientados para determinados objetivos podem ser em particular:

- Objetivos administrativos internos;
- Avaliações estatísticas para a gestão da empresa;
- Medidas de controle e processos de otimização de negócios;
- Medidas para o subsequente desenvolvimento de serviços e produtos;
- Identificação de colaboradores recrutados para distribuição de bônus;
- Teste e otimização dos procedimentos para análise de procura;
- Comparação com listas de sanções nacionais, europeias e internacionais como parte do nosso programa de compliance, para determinar dados críticos (rastreamento), para além das obrigações legais. A comparação depende, em grande medida, do assunto em questão e das circunstâncias do caso individual, e.x. da previsão do risco e da relevância da segurança para a atividade específica;
- O enriquecimento dos nossos dados, entre outras coisas através do uso ou de pesquisa publicamente disponível, na medida do necessário;
- Pesquisa Ativa (contactar diretamente os candidatos);
- Benchmarking (especialmente a comparação dos números de recrutamento dos países e o respetivo período de recrutamento. O benchmarking é anónimo);
- Atribuição de ações judiciais e defesa em caso de disputas legais que não sejam diretamente imputáveis à relação contratual;
- Segurança do edifício e da fábrica, assegurar e exercer os direitos do edifício, tomando as medidas adequadas (por ex. controle de acessos) e, se necessário, por vídeo vigilância, a fim de proteger terceiros e os nossos colaboradores, para evitar crimes e para assegurar provas em caso de investigação relacionada com crimes, na medida em que tal vai para além do dever geral de cuidado;
- Desenvolvimento de outros sistemas e processos existentes;
- Investigações internas e externas, verificações de segurança; publicações;
- Obtenção e manutenção de certificações de natureza privada ou oficial para fins administrativos internos.

2.3 Objetivos no âmbito do seu consentimento (Art. 7º, inciso I e Art. 11, inciso I da LGPD)

Processamos os seus dados pessoais – em cada caso apenas com base no seu consentimento – para as seguintes finalidades:

- No contexto de uma aplicação ativa para estabelecer a relação de trabalho, na medida em que o processamento já não pode ser baseado no Art. 7, inciso V; Art. 11, inciso II, alíneas “a” e “d” da LGPD ;
- Preenchimento de vagas que voltaram a ficar livres, para as quais se candidatou originalmente, bem como de vagas a nível mundial, incluindo a inclusão de um banco de talentos ao qual as companhias do grupo PAUL HARTMANN AG na Alemanha e outros países têm acesso. No último caso mencionado, contactá-lo-emos pelo endereço de email e/ou número de telefone que nos forneceu, caso haja uma vaga correspondente;
- Mensagens na forma de "alertas de emprego". A base para estes alertas é a sua candidatura para uma vaga específica, em cujo contexto criou o seu perfil de candidato. O nome específico da vaga para a qual se candidatou serve como uma palavra chave. Pode adicionar ou apagar "alertas de emprego" individuais em qualquer momento;
- Mensagens sobre oportunidades de carreira. Será considerado para campanhas de marketing personalizadas – geradas pelo sistema – se estiver visível na nossa base de dados de talentos simultaneamente. Estas campanhas de marketing podem referir-se a feiras de emprego atuais, por exemplo, onde pode obter mais informação sobre oportunidades de carreira;
- Pesquisa Ativa – contato direto consigo, como um candidato.

Não é obrigado a dar-nos o seu consentimento e não existem desvantagens legais se não o fizer. Pode retirar o seu consentimento em qualquer momento. Em princípio, a revogação do consentimento é apenas efetiva para o futuro. O processamento que ocorreu antes da revogação não é afetado e continua legal.

2.4 Finalidade de cumprir requisitos legais ou finalidades de interesse público (Art. 7º, inciso II e Art. 11, inciso II, alínea “a” e “b”)

Como todos os que estão envolvidos no processo econômico, também estamos sujeitos a uma variedade de obrigações legais. Estas são principalmente de natureza legal (p.ex. Lei sobre a organização social das empresas, Código da Segurança Social, legislação comercial e fiscal, Código Fiscal Alemão), mas também, quando aplicável, requisitos regulatórios ou oficiais (por ex. associações de seguros de responsabilidade dos empregadores). Os objetivos do processamento podem incluir a verificação da identidade e da idade, prevenção de fraude e branqueamento de capitais (por ex. comparação com listas anti-terroristas europeias e internacionais), gestão de saúde da empresa e assegurar segurança ocupacional. Além disso, a divulgação de dados

essoais pode tornar-se necessária no âmbito de medidas oficiais/judiciais com o objetivo de reunir provas, processos criminais ou aplicação de justiça civil.

3. Categorias e origem dos dados pessoais que processamos

Na medida em que seja necessário para a decisão sobre o estabelecimento de uma relação de trabalho consigo, processamos, além dos dados pessoais recebidos diretamente de si, quaisquer dados pessoais legalmente recebidos de terceiros (Arts. 6º, 7º, 11 e 14 da LGPD). Podem incluir-se dados pessoais recebidos de fornecedores de serviços tais como headhunters ou operadores de redes profissionais (p.ex. LinkedIn ou Xing).

Dados pessoais relevantes podem ser:

Primeiro nome e apelido, se aplicável nome de solteiro/a, gênero, endereço de residência, dados de contato, data de nascimento, local de nascimento, nacionalidade, afiliação religiosa, estado civil, descrição de funções, dados de contato que podem ser usados, início / fim do contrato de trabalho, formação acadêmica (escola, estudos, formações, etc.) e desenvolvimento profissional, título, autorização de residência / autorização de trabalho e seu período de validade, dados do documento de identificação, qualificações (carta de habilitação, socorrista, conhecimento de idiomas estrangeiros, etc.) informação sobre situação atual (principalmente aluno ou estudante), informação sobre certificados e qualificações, deficiência grave (p.ex. direito a férias ou descrição de funções), função honorária / associação ativa num clube (desportivo, etc.), informação acerca dos relacionamentos no anterior emprego, registo criminal (por ex. para funções de segurança), fotos, registos bancários (para contabilização de despesas com viagens).

4. Destinatários ou categorias de destinatários dos seus dados pessoais (Arts. 37 à 40 da LGPD)

Só processamos os seus dados pessoais dentro da nossa empresa. Na nossa empresa os departamentos internos ou as unidades organizacionais recebem os seus dados pessoais de que necessitam para preencher o objetivo e dentro do âmbito do processamento. Os destinatários internos de dados são obrigados a usar os seus dados apenas para as finalidades acima mencionadas.

Se transferirmos os seus dados pessoais para outras pessoas e empresas (terceiros), p.ex. para fornecedores de serviços que nos prestam serviços de recrutamento, ou lhes damos acesso aos dados pessoais, isto é feito apenas com base numa permissão legal. Se encarregamos terceiros do processamento de dados pessoais na base do denominado “acordo de processamento de

contratos" e assim assegurar os poderes de influência ou controle necessários no que diz respeito ao tratamento e utilização dos dados pessoais, isso é feito com base nos Arts. 37, 38, 39 e 40 da LGPD. No entanto, permanecemos responsáveis perante si quanto à legalidade do processamento de dados.

5. Armazenamento dos seus dados pessoais (Arts. 7º, 11 e 14 da LGPD)

Em primeiro lugar, gostaríamos de sublinhar que nós não apagamos os seus dados, tornamo-los anônimos. Após o processo de anonimização ter sido realizado, deixa de existir uma referência à sua pessoa e esse fato não pode ser restaurado. Os regulamentos sobre proteção de dados deixam de ser aplicáveis. Usamos dados anonimizados especialmente para finalidades de avaliação.

Em princípio, processamos ou armazenamos os seus dados pessoais durante o período de contato direto no âmbito de um processo de candidatura ativa e durante a sua atividade no perfil de candidato. Isto significa que os seus dados pessoais relacionados com uma candidatura específica serão anônimos no máximo 6 meses depois do processo de candidatura estar fechado (iniciando principalmente com a recusa). Se apenas tivermos os seus documentos de candidatura em papel, devolvê-los-emos após o final do procedimento de candidatura a nosso favor. A anonimização dos seus dados pessoais guardados no perfil de candidato é feita automaticamente em caso de inatividade durante 6 meses (nenhum login efetuado durante 6 meses). Será informado deste fato antecipadamente por email. Se efetuar login novamente, o período é automaticamente prolongado por mais 6 meses. O pré-requisito em cada caso é que não haja candidatura ativa. Se definir uma eliminação (automática) no seu perfil de candidato, a anonimização acontecerá automaticamente 6 meses após a configuração.

A informação acima mencionada sobre anonimização não se aplica se, entre outras coisas, os períodos de retenção legalmente determinados evitam o apagamento imediato – neste caso anonimização – (Art. 12 da LGPD) ou existe e/ou uma nova finalidade justifique a continuação do processamento (art. 16 da LGPD).

Gostaríamos de sublinhar que a revogação do consentimento concedido por si para as finalidades mencionadas no n.º 2.3 acima apenas tem o efeito de que o processamento respetivo (p.ex. envio de "Alertas de emprego") é parado por nós. Nenhum dado pessoal será portanto anonimizado pela revogação.

6. Processamento dos seus dados num país terceiro ou por uma organização internacional

A transferência de dados para entidades (p.ex. afiliadas) em países fora da Área Econômica

Europeia EU/AEE (os chamados países terceiros) acontece especialmente se é necessário para a decisão sobre o estabelecimento de uma relação laboral consigo. O processamento dos seus dados pessoais num país terceiro pode também ocorrer em ligação com o uso de prestadores de serviços no contexto do processamento de encomendas.

A menos que a Comissão EU tenha decidido um adequado nível de proteção de dados no país em questão, nós garantimos – conforme o Artigo 4º, IV da LGPD – que os seus direitos e liberdades estão protegidos em caso de transferências, de acordo com os Artigos 33, 34, 35 e 36 da LGPD providenciando garantias adequadas e apropriadas. Informação sobre garantias adequadas e apropriadas e a possibilidade de como e onde obter uma cópia delas mediante pedido ao Departamento de Proteção de Dados ou ao Departamento de Recursos Humanos responsável.

7. Os seus direitos (Arts. 17 à 22 da LGPD)

- Você tem o direito de retirar o seu consentimento para o processamento dos seus dados pessoais, conforme o Art. 18, IX da LGPD a qualquer momento, com efeito no futuro. O processamento que ocorreu antes do cancelamento permanece legal.
- De acordo com o Art. 18, I e II da LGPD, pode solicitar informação sobre os seus dados pessoais processados por nós.
- De acordo com o Art. 18, III da LGPD, pode exigir a correção imediata de dados incorretos ou incompletos guardados por nós.
- De acordo com o Art. 18, IV da LGPD, pode requerer o apagamento (aqui anonimização) dos seus dados pessoais guardados por nós, de acordo com as condições ali indicadas, a menos que períodos de retenção legalmente determinados evitem o apagamento imediato – aqui anonimização – (Art. 18, IV da LGPD) e/ou outro caso do (art. 16 da LGPD) exista e/ou uma nova finalidade justifique processamento posterior.
- De acordo com o Art. 18, IV e VI da LGPD, pode requerer a restrição do processamento de dados se uma ou mais condições ocorrer.
- De acordo com o Art. 9º e 19 da LGPD, pode receber os seus dados pessoais processados por nós em formato estruturado, comum e digital e transferir estes dados para outra pessoa responsável sem impedimentos da nossa parte (Art. 18, V da LGPD).
- Além disso, pode opor-se ao processamento dos seus dados pessoais, de acordo com o Art. 18, § 2º da LGPD. Em caso de oposição, cessaremos o processamento dos seus dados pessoais. No entanto, o direito de oposição apenas se aplica em caso de circunstâncias especiais decorrentes da sua situação pessoal. Além disso, razões imperiosas dignas de

proteção que se manifestam a favor do processamento podem prevalecer. Além disso, certas finalidades de processamento podem entrar em conflito com o seu direito de objeção.

- Tem o direito de se opor ao processamento dos seus dados pessoais com a finalidade de marketing direto, em qualquer altura, sem outras condições. Tal também se aplica ao “profiling” na medida em que esteja ligado ao marketing directo. Caso se oponha, os seus dados pessoais não voltarão a ser processados para esta finalidade (Art. 18, IV e IX da LGPD).
- Sem prejuízo de qualquer outro recurso administrativo ou judicial, também tem o direito de recorrer para a autoridade de controlo competente (Art. 18, § 1º da LGPD) caso acredite que o processamento dos seus dados pessoais viole as disposições da proteção de dados. Neste contexto, no entanto, gostaríamos de solicitar que dirija qualquer queixa em primeiro lugar aos contatos fornecidos no ponto (1) acima.

8. Âmbito das suas obrigações de nos fornecer os seus dados pessoais (Art. 7º, inciso V e Art. 11, inciso II, alínea “d” da LGPD)

Só necessita fornecer dados pessoais que sejam necessários para a decisão de estabelecermos uma relação laboral consigo, ou que sejamos legalmente obrigados a recolher (p.ex. para fornecer provas às autoridades). Sem estes dados pessoais, não será possível cumprirmos o processo de candidatura. Se lhe solicitarmos dados pessoais adicionais, será informado em separado sobre a natureza voluntária da informação.

9. Decisão automatizada em casos individuais (incluindo “profiling”)

Não usamos procedimentos de tomadas de decisão puramente automatizados, de acordo com o Art. 20 da LGPD. No entanto, se no futuro utilizarmos tal procedimento em casos individuais, informá-lo-emos disso separadamente se tal for exigido por lei.